



PODER JUDICIÁRIO

COMPETÊNCIA DELEGADA DO FORO REGIONAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS – ESTADO DO PARANÁ

Rua Mendes Leitão, 2835 - Sobreloja - São José dos Pinhais/PR - CEP: 83.005-150 - Fone (41) 3312-6970

EDITAL DE LEILÃO E INTIMAÇÃO

(NU 0006016-05.2004.8.16.0035 PROJUDI)

O Doutor SIDERLEI OSTRUFKA CORDEIRO, MM. Juiz de Direito da Vara da Fazenda Pública (Competência Delegada) do Foro Regional de São José dos Pinhais da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, Estado do Paraná, FAZ SABER aos interessados que na **EXECUÇÃO FISCAL nº 0006016-05.2004.8.16.0035 (PROJUDI)**, que move o **PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL (PGFN)** em face de **PRÉ-FABRICADOS JUNÇÃO LTDA. (CPF: 80.311.731/0001-97)**, será levado a leilão judicial o bem abaixo descrito, observadas as seguintes condições:

1º Leilão em 03/11/2020 às 13h00min, por preço igual ou superior ao valor da avaliação;

2º Leilão em 17/11/2020 às 13h00min, por preço igual ou superior a 60% do valor da avaliação.

Em não havendo arrematação ou se por qualquer motivo o leilão judicial não se realizar, ficam desde já designadas novas datas:

1º Leilão em 01/12/2020 às 13h00min, por preço igual ou superior ao valor da avaliação;

2º Leilão em 15/12/2020 às 13h00min, por preço igual ou superior a 60% do valor da avaliação.

MODALIDADE DO LEILÃO: Os leilões serão realizados eletronicamente com recepção de lances online através do site <https://oleiloes.com.br/>, mediante cadastramento prévio e aprovado do arrematante com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência da data do leilão. **LEILOEIRO:** O leilão será conduzido pelo Leiloeiro Público Oficial MARCELO SOARES DE OLIVEIRA, matriculado na JUCEPAR sob o nº 08/011-L. Mais informações poderão ser obtidas no escritório do leiloeiro, pelo site <https://oleiloes.com.br/> ou pelo fone (41) 99870-7000.

DESCRIÇÃO DO BEM: *Uma parte ideal correspondente a 26.408,56 metros quadrados do lote de terreno com a área total de 47.259,40 metros quadrados, designado de Lote 73-B, oriundo da subdivisão do lote n. 73, da Gleba do Núcleo da Colônia Guatupê, quadro urbano desta cidade, com os demais característicos constantes da matrícula n. 48.552. Sobre o lote supra, constam as seguintes edificações: Benfeitorias pertencentes ao requerido: a) Uma construção em alvenaria (estrutura, pés direito e paredes em concreto), com mezanino, de estilo barracão, destinada a indústria, escritório, setor administrativo, laboratório, etc., de padrão simples, coberta com telhas de fibrocimento – calhetao, forro em pvc e encartonado, piso em cimento bruto alisado e cerâmica, com esquadrias em vidro temperado, alumínio e madeira, com aproximadamente 545,00 metros quadrados, em bom estado de conservação, b) Uma estrutura para ponte rolante, e c) Quatro pistas de protensão. (CONFORME AVALIAÇÃO DE MOV. 23.1).*

VALOR DA AVALIAÇÃO: R\$ 4.271.284,00 (mov. 23.1), ratificada em 15/10/2020.

ÔNUS: Consta na Matrícula: R-11: Penhora dos presentes autos; R-12: Hipoteca em favor do Antonio Claudimar Lugli; AV-15: Averbação de indisponibilidade de bens proveniente dos autos nº 00008374520135090965 em trâmite perante a 3ª Vara do Trabalho de São José dos Pinhais; AV-16: Averbação de indisponibilidade de bens proveniente dos autos nº 00017235620155090130 em trâmite perante a 5ª Vara do Trabalho de São José dos Pinhais; AV-17: Averbação de indisponibilidade de bens proveniente dos autos nº 00003212020165090965 em trâmite perante a 3ª Vara do Trabalho de São José dos Pinhais; AV-18: Averbação de indisponibilidade de bens proveniente dos autos nº 4811998 em trâmite perante o 2º Ofício da Fazenda Pública de São José dos Campos/SP; AV-19: Averbação de indisponibilidade de bens proveniente dos autos nº 00004768620175090965 em trâmite perante a 3ª Vara do Trabalho de São José dos Pinhais; AV-20: Averbação de indisponibilidade de bens proveniente dos autos nº 00000507020155090892 em trâmite perante a 1ª Vara do Trabalho de São José dos Pinhais. Consta na Certidão Positiva do Depositário Público: Item 1: Penhora, Arresto, Sequestro e depósitos dos presentes autos. Débitos de IPTU: Constam débitos no importe de R\$ 71.609,90 conforme extrato de débito ao mov. 41.1, sujeito à atualização e/ou modificação, além de eventuais despesas e honorários advocatícios. Outros débitos: O ofício nº 2460/2020 remetido à Procuradoria Geral do Estado do Paraná, o ofício nº



2361/2019 remetido à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, o ofício nº 2362/2019 remetido à Receita Federal/INSS, o ofício nº 2363/2019 remetido ao IAP e a intimação nº 2466/2019 remetido ao credor hipotecário ainda não retornaram com informações.

DÉBITO EXECUTADO: R\$ 115.031,95 (mov. 10.2), sujeito à atualização.

DEPOSITÁRIO: Carlos Alberto Real (mov. 1.1, página 67).

REMUNERAÇÃO DO LEILÃO: A remuneração do Leiloeiro será devida observadas as seguintes hipóteses: (a) em caso de arrematação, comissão de 5% sobre o valor da arrematação, sendo devida pelo arrematante; (b) em caso de adjudicação, comissão de 2% sobre o valor da avaliação, sendo devida pelo exequente; (c) em caso de remição, comissão de 2% sobre o valor pelo qual o bem foi resgatado, sendo devida pelo remitente; (d) em caso de acordo ou transação, comissão de 2% sobre o valor da dívida, a ser sendo devida pelo executado. Além da remuneração da comissão, o Leiloeiro poderá cobrar o ressarcimento das despesas efetuadas. A comissão e o ressarcimento das despesas efetuadas deverão ser pagas à vista no ato da arrematação, adjudicação, remição ou acordo, mediante depósito, tal como o preço, porém, sendo nula ou anulada a arrematação serão devolvidos os valores recebidos a título de comissão.

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: 1ª Observação: Consoante o disposto no artigo 892 do Novo Código de Processo Civil, a arrematação far-se-á mediante o pagamento imediato do preço pelo arrematante, por depósito judicial ou por meio eletrônico; 2ª Observação: Artigo 895 do Novo Código de Processo Civil: “O interessado em adquirir o bem penhorado em prestações poderá apresentar, por escrito: I – até o início do primeiro leilão, proposta de aquisição do bem por valor não inferior ao da avaliação; II – até o início do segundo leilão, proposta de aquisição do bem por valor que não seja considerado vil”; §1º A proposta conterà, em qualquer hipótese, oferta de pagamento de pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) do valor do lance à vista e o restante parcelado em até 30 (trinta) meses, garantido por caução idônea, quando se tratar de móveis, e por hipoteca do próprio bem, quando se tratar de imóveis. §2º As propostas para aquisição em prestações indicarão o prazo, a modalidade, o indexador de correção monetária e as condições de pagamento do saldo. As parcelas serão atualizadas pela média aritmética simples dos índices INPC e IGP-DI, a partir da data da arrematação. §4º No caso de atraso no pagamento de qualquer das prestações, incidirá multa de dez por cento (10%), sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas. § 5º O inadimplemento autoriza o exequente a pedir a resolução da arrematação ou promover, em face do arrematante, a execução do valor devido, devendo ambos os pedidos ser formulados nos autos da execução em que se deu a arrematação. §6º A apresentação da proposta prevista neste artigo não suspende o leilão. §7º A proposta de pagamento do lance à vista sempre prevalecerá sobre as propostas de pagamento parcelado. §8º Havendo mais de uma proposta de pagamento parcelado: I – em diferentes condições, o juiz decidirá pela mais vantajosa, assim compreendida, sempre, a de maior valor; II – em iguais condições, o juiz decidirá pela formulada em primeiro lugar (art. 895 do NCPC) e §9º No caso de arrematação a prazo, os pagamento feitos pelo arrematante pertencerão ao exequente até o limite de seu crédito, e os subsequentes, ao executado; 3ª Observação: A ordem de entrega do bem móvel ou a carta de arrematação do bem imóvel, com o respectivo mandado de imissão na posse, será expedida somente depois de efetuado o depósito ou prestadas às garantias pelo arrematante, bem como realizado o pagamento da comissão do leiloeiro e das demais despesas da execução (art. 901, § 1º, NCPC) e 4ª Observação: Qualquer que seja a modalidade de leilão, assinado o auto pelo juiz, pelo arrematante e pelo leiloeiro, a arrematação será considerada perfeita, acabada e irretratável, ainda, ainda que venham a ser julgados procedentes os embargos do executado ou a ação autônoma de que trata o §4º deste artigo, assegurada a possibilidade de reparação pelos prejuízos sofridos (artigo 903 do Código de Processo Civil/2015), podendo o arrematante desistir da aquisição apenas nas hipóteses do §5º do Art. 903 do CPC.

INTIMAÇÕES E OBSERVAÇÕES: Não há recurso pendente de julgamento neste feito. A venda será efetuada no estado em que o imóvel se encontra e em caráter *ad corpus*. Será resguardada a quota-parte do cônjuge com o produto da alienação (art. 843 do CPC), em sendo o caso. O bem será entregue livre e desembaraçado de quaisquer ônus, inclusive os de natureza *propter rem* (art. 130, § único, do CTN e art. 908 do CPC), salvo eventual responsabilidade pela imissão na posse, que ficará a cargo do arrematante, consubstanciado pela assinatura do auto de arrematação (art. 901 do CPC). Na forma da lei, ficam intimados das datas e horários dos leilões o senhorio direto, o usufrutuário, o credor com garantia real e/ou penhora anteriormente averbada, desde que não sejam de qualquer modo parte da execução. Caso não tenha sido anteriormente intimado por qualquer outro meio legalmente estabelecido, fica intimado o executado PRÉ-FABRICADOS JUNÇÃO LTDA. (art. 889 do CPC). No caso de diligência negativa de intimação dos executados, do cônjuge, corresponsáveis, credores hipotecários, usufrutuários, senhorios-diretos e coproprietários, ficam estes desde já intimados através do presente das datas designadas para

os leilões do bem penhorado e dos demais dados constantes neste. Caso não haja expediente forense na data designada, o ato é automaticamente transferido para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local. Por fim, caso não haja arrematação nas datas designadas, o bem poderá ficar, a critério do Juízo, disponível para venda direta pelo período de 90 (noventa) dias que se sucederem ao leilão, nas mesmas condições. A fim de dar ampla divulgação ao presente leilão, este edital será publicado na modalidade eletrônica, sendo que o Leiloeiro, por ocasião do leilão, fica, desde já, desobrigado a efetuar a leitura do presente, o qual se presume ser de conhecimento de todos os interessados. E, para que chegue ao conhecimento de todos e no futuro ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital que será publicado e afixado na forma da lei. Dado e passado nesta cidade de São José dos Pinhais, 21 de outubro de 2020.

JOSÉ FELIPE RAMINA

Técnico Judiciário

Assinatura autorizada pela portaria 01/2019

